

Ata nº 371/2019, da Assembleia Ordinária de Prefeitos da Associação dos Municípios do Alto Irani (AMAI) – Às catorze horas, do dia seis de junho de dois mil e dezenove, no auditório da AMAI, no município de Xanxerê/SC, atendendo ao Edital de Convocação **número cinco de dois** mil e dezenove (**005/2019**), sob a Presidência da Prefeita de São Domingos, Senhora Eliéze Comachio, reuniram-se em Assembleia Ordinária os Senhores Prefeitos de: Abelardo Luz, Bom Jesus, Entre Rios, Faxinal dos Guedes, Ipuação, Lajeado Grande, Marema, Ouro Verde, Passos Maia, Ponte Serrada, Vargeão e Xanxerê, conforme registro no livro de presenças. Na sequência passou a tratar da Ordem do Dia. A Presidente abriu a Sessão cumprimentando a todos e na sequência relatou as atividades realizadas no período. **1)** O Diretor do Consórcio Intermunicipal Catarinense (CIMCATARINA), Elói Ronau explicou aos prefeitos o funcionamento do Projeto Recuperar, que consiste no repasse de recurso pelo estado aos consórcios para recuperação rotineira das rodovias estaduais, sejam pavimentadas ou não, que estejam cadastradas no Plano Rodoviário Estadual (aprovado no decreto nº759/2011). Ato contínuo, informou que a previsão de repasse é de R\$ 70 milhões a serem destinados a melhorias como drenagem, terraplanagem, pavimentação, recuperação, reconformação de pista não pavimentadas, conservação rodoviária, limpeza de plataforma, sinalização vertical e horizontal e obras complementares. Ato contínuo, o Senhor Elói informou que a expectativa é que sejam investidos R\$ 430 milhões em quatro anos, sendo R\$10 milhões por mês continuados até final do governo em 2022. Ato contínuo, falou que uma vez repassados os recursos por meio de convênio o orçamento será gerido pelos Consórcios, que realizará as compras por licitação e fará o acompanhamento das obras. Relatou ainda, que o valor a ser repassado a cada Consórcio será de acordo com a quilometragem das rodovias estaduais. Na sequência a equipe de Topografia da AMAI apresentou levantamento prévio onde na região da AMAI observa-se aproximadamente 385 km de extensão de rodovias estaduais, sendo 210 km não pavimentadas e 175 km pavimentadas. Colocado em discussão os Prefeitos questionaram a diferença de quilometragem de rodovias da AMAI apresentada pelo consórcio a qual diverge do levantamento apurado pela equipe interna. De acordo com o Senhor Elói, serão contempladas apenas as vias que se encontrem no Plano Rodoviário Estadual. Ato contínuo, os Prefeitos usaram a palavra livre para manifestar posições onde o Prefeito Noeli Dal Magro questionou a participação da Associação e dos Municípios no processo. A Prefeita Clori Peroza e o Prefeito Volmir Felipe questionaram a ausência das rodovias não pavimentadas no processo dizendo que o convênio só trará vantagens para o Estado e que os municípios continuarão a recuperar as estradas do estado com recursos próprios. Por fim, o Senhor Elói explicou que a Casa Civil está trabalhando na atualização do Mapa em relação as rodovias e estuda sobre o incremento de trechos ainda não contemplados no decreto de 2011. Colocada em apreciação a participação dos municípios da região no Projeto Recuperar, foi aprovado. Ainda, na oportunidade foi protocolado junto ao Consórcio Cim-Catarina o pleito para inclusão das referidas rodovias e que o conteúdo fosse levado ao conhecimento do Governo do estado de Santa Catarina.

2) A colaboradora da AMAI, Fernanda Bertotto, apresentou a Carta de Serviços Online e Ouvidoria, que devem ser disponibilizados nos portais municipais para acesso da população até o dia dezessete de junho, próximo. Ato contínuo, mencionou a necessidade de regulamentar por decreto municipal. A Senhora Fernanda, sugeriu a utilização do sistema e-Ouv disponibilizado gratuitamente por meio de termo de adesão da Controladoria-Geral da União (CGU), ainda a elaboração de um formulário padrão para registros da ouvidoria e propôs um treinamento por meio da Associação para capacitar os ouvidores. Ato contínuo, apresentou ainda outro serviço que deve ser implantado e já está visível nos portais desenvolvidos pela FECAM, que é a Carta de Serviços, onde serão cadastrados os serviços ofertados pelo município. Por fim, para esclarecer dúvidas e auxiliar os servidores municipais que farão o registro de informações, a AMAI desenvolverá na próxima semana uma reunião esclarecedora.

3) Representando o colegiado de educação, a presidente Cleusa Brusamarello e a Secretária Salete Brizola apresentaram informações acerca do Plano Municipal da Educação e Construção Curricular para Educação Infantil, criados e aprovados no ano de 2015 e tem a finalidade de direcionar esforços e investimentos para a melhoria da qualidade da educação no país, por força de lei, estabelecendo 20 metas a serem atingidas nos próximos 6 anos e todas as metas devem ser avaliadas e monitoradas anualmente. Ato contínuo, esclareceu que os gestores municipais de educação estão empenhados na execução dos planos e cumprimento das metas, bem como, em sua avaliação anual. Ainda, alertou acerca da necessidade de vincular os Planos Municipais de Educação com os orçamentos Municipais: PPA, LDO e LOA, tomando o PME como referência de modo a assegurar a consignação de dotações orçamentárias para cumprimento das metas estabelecidas. Ato contínuo, destacou que todos os alunos em idade escolar devem estar regularmente matriculados e frequentando as aulas e ainda, deve ser garantida até o final de vigência do PME o atendimento do Município em no mínimo 50% das crianças de zero à três anos em creche. A colaboradora da AMAI Fernanda Bertotto, mencionou que o TCE/SC vem cobrando dos Municípios a execução dos Planos Municipais de Educação por meio de visitas técnicas in loco e solicitando relatórios anuais de monitoramento e avaliação para acompanhar o cumprimento das metas.

4) No que se refere a construção do Currículo da Educação Infantil, em 2017 foi publicada a Base Nacional Curricular Comum editada pelo Governo Federal. As técnicas explicaram que Santa Catarina será o último estado do país a publicar a sua versão do Currículo Escolar que deve passar a vigorar até o final do mês de junho. Ato contínuo, alertou, que baseados nisso cada município deve elaborar o seu próprio currículo contemplando: educação infantil, anos iniciais e anos finais do ensino fundamental e que o Tribunal de Contas de Santa Catarina expediu ofício circular 06/2019 de 10 de abril, lembrando que ao iniciar o ano letivo de 2020 ao menos o currículo da educação infantil deverá estar em funcionamento. Por fim, em relação a esse tema foi colocada em apreciação a contratação de formação com apoio externo de assessoria construção do currículo regional da educação infantil, na ordem de R\$ 1212,00 (mil duzentos e doze reais) por município. A mesma foi aprovada.

5) A Secretária Executiva, Ingrid Piovesan informou que a AMAI foi

citada no IC Nº 06.2017.00000121-0, de Faxinal dos Guedes e posteriormente foi consultada sobre o interesse em firmar convênio intermunicipal para a formação e compartilhamento de um corpo técnico para o exercício de licenciamento ambiental. Colocado em apreciação, os Prefeitos solicitaram mais informações para embasar a decisão. Ainda, solicitaram que o assunto seja tratado após a criação do Consórcio. **6)** A Secretária Executiva apresentou informações quanto a situação financeira da Escola de gestão Pública Municipal (Egem) que possivelmente estava com déficit de R\$ 370.000,00 em dezembro de 2018. Ato contínuo, informou que os relatórios contábeis não são claros. Os Prefeitos manifestaram posições quanto a Egem dizendo que a Associação supre a demanda por cursos e que a Escola não traz benefícios para a região. A Presidente da AMAI, Eliéze Comachio, deu por encerrada a presente Assembleia Ordinária de Prefeitos e eu, Ingrid Aline Piovesan, Secretária Executiva da AMAI, presente a mesma, lavrei a Ata que será encaminhada por e-mail aos Prefeitos e se não houverem ressalvas será considerada aprovada. Xanxerê, 06 de junho de 2019.

Eliéze Comachio
Presidente da AMAI
Prefeita de São Domingos

Ingrid Aline Piovesan
Secretária Executiva da AMAI